

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTANIA

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

DEZEMBRO(31/12/2021)

ISOLADO: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERTANIA



1 de 1

Documento Assinado Digitalmente por: ANTONIO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS, INALDA MARIA SANTIAGO DA SILVA
 Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b71e974b-14e4-4db9-9c0e-96ca0d575f1

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2021	0,00	30.187,98	0,00	0,00	0,00	0,00	30.187,98
Sub-total	0,00	30.187,98	0,00	0,00	0,00	0,00	30.187,98
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS							
EXERCÍCIO 2020	58.860,00	0,00	4.000,00	54.860,00	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2021	0,00	199.977,74	0,00	0,00	0,00	0,00	199.977,74
Sub-total	58.860,00	199.977,74	4.000,00	54.860,00	0,00	0,00	199.977,74
DEPÓSITOS E CONSIGNACÕES							
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS	196,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196,56
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	110,12	151.781,18	139.917,14	0,00	0,00	0,00	11.974,16
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	8.374,48	152.421,29	152.421,29	0,00	0,00	0,00	8.374,48
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-0,03	123.794,10	123.794,10	0,00	0,00	0,00	-0,03
OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	14.361,88	14.361,88	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	8.681,13	442.358,45	430.494,41	0,00	0,00	0,00	20.545,17
TOTAL	67.541,13	672.524,17	434.494,41	54.860,00	0,00	0,00	250.710,89

*

*



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DÍVIDA FLUTUANTE

INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome da Entidade:
Sertania Câmara Municipal de Vereadores
CNPJ:
11.463.247/0001-60
Natureza Jurídica da Entidade:
106-6 - Órgão Público do Poder Legislativo Municipal
Principais Atividades da Entidade:
84-11-6-00 - Administração Pública em Geral
Domicílio da Entidade:
Praça Joao Vale, SN, Sertania -PE
Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade:
A Câmara Municipal de Sertania possui natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil com o código 106-6 “Órgão Público do Poder Legislativo”, sendo sua atividade classificada como: “Administração Pública em Geral”. Sua fonte financeira deriva dos repasses definidos Art. 29-A da Constituição Federal 1988. O texto ao artigo em questão trata dos percentuais legais a serem repassados e outras informações: Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com Inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do Art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000).I-7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 58 de 2009) (Produção de Efeito).
Dados do Presidente:
Antonio Henrique Ferreira dos Santos Início da Gestão: 01/01/2021 .
Dados do Contador:
Nome: Inalda Maria Santiago da Silva CRC: PB 006176-0/OT PE. E-mail: inaldasantiago1@outlook.com
Declaração de Conformidade com a Legislação e com as normas de Contabilidade Aplicáveis:
A entidade pública do Poder Legislativo Municipal declara que as Demonstrações Contábeis da Câmara Municipal de Sertania compreendendo o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, apresentam adequadamente a posição: patrimonial e financeira e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro dos padrões estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, sendo observadas as limitações decorrentes do processo de adesão as NBCASP e as circunstâncias narradas nas notas explicativas.
Endereço eletrônico do Portal da Transparência:
www.camaradesertania.pe.gov.br

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

Atendimento a Legislação e as Normas de Contabilidade Aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal nº 4.320/64, Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016, que estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 7ª edição, que regulamenta a contabilidade pública brasileira.

Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBCT SP 16.6, que trata das demonstrações contábeis das entidades. Em casos específicos foram tomadas por base os normativos internacionais publicados pelo International Federation of Accountants - IFAC através das Internacional Public Sector Accounting Standards – IPSAS, que visam promover a convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (Parte V do MCASP 7º Edição e NBCT 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco - TCE-PE, apresentando a Dívida Flutuante do Poder Legislativo que são os compromissos prontos para pagamento, ou seja, que independem de autorização orçamentária para serem realizados, que foi contraída, por um breve e determinado período de tempo, quer como administrador de terceiros, confiados à sua guarda, quer para atender às momentâneas necessidades de caixa. Segundo a Lei nº 4.320/64, a dívida flutuante compreende: I - os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida; II - os serviços da dívida a pagar (parcelas de amortização e de juros da dívida fundada); III - os depósitos (consignações ou cauções e garantias recebidas em função de execução de obra pública, por exemplo); IV - os débitos de tesouraria (ARO – operações de crédito por antecipação de receita destinadas a cobrir insuficiências de caixa ou tesouraria).

Bases de Mensurações Utilizadas:

No Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Portaria nº 548 de 24 de setembro de 2015, ficou estabelecida a obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação das dívidas e dos valores consignados e dos restos a pagar inscritos no exercício..

Novas normas e políticas contábeis Alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas nos Demonstrativos de Variações Patrimoniais.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Demonstrativo da Dívida Flutuante..

INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

Modelo de Elaboração do Demonstrativo da Dívida Flutuante:

O modelo utilizado para elaboração do demonstrativo seguiu a metodologia da IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis 05 e pela exigência da Resolução TC 153/2021. A dívida flutuante desta casa legislativa passou de R\$ 67.541,13 em 2020 para R\$ 250.710,89 em 2021.

Restos a Pagar Processados:

Não houve pagamento de restos a pagar processados em 2021 e houve inscrição de R\$ 30.187,98.

Restos a Pagar Não Processados

Houve a inscrição de R\$ 199.977,74 referente a saldo de contratos não liquidados e pagamento de R\$ 4.000,00 e anulação de R\$ 54.860,00 de contrato não efetivado.

Depósitos e Consignações

O valor dos depósitos e consignações referente a retenção de INSS, RPPS, imposto de renda, iss e empréstimos consignados que veio um saldo de 2020 de R\$ 8.681,13 e durante o ano houve a inscrição de R\$ 442.358,45 e o pagamento de R\$ 430.494,41 restando um saldo credor de R\$ 20.545,17.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

Passivos Contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não se aplica a este demonstrativo.

Divulgações não Financeiras:

Não se aplica a este demonstrativo.

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registro:

Não foram feitos ajustes decorrentes da omissão e erros de registro para este demonstrativo.